

Moção dos professores do ensino privado do RS

A Assembleia dos professores da educação básica do ensino privado gaúcho, realizada no dia 28 de julho, por convocação do Sinpro/RS, manifesta sua inconformidade com a falta de uma política pública do governo federal em defesa da saúde dos brasileiros.

Em tempos de Covid-19, que já acometeu mais de 2 milhões de pessoas no país e ceifou a vida de mais de 88 mil brasileiros, é inaceitável a insistência do governo federal na recomendação e produção de remédios de reconhecida ineficácia e potenciais efeitos colaterais nocivos à saúde dos pacientes, as frequentes manifestações de desdém sobre a gravidade da pandemia, além da reiterada insistência na retomada da normalidade das atividades laborais e da vida social, o que representa uma afronta às recomendações dos especialistas e instituições nacionais e internacionais sobre a gravidade da crise sanitária.

O fato é que o descaso com a saúde dos brasileiros soma-se ao descaso com a educação, expresso na interinidade e na rotatividade dos titulares dos respectivos ministérios. Para a educação, a política do governo federal restringe-se a menos recursos e mais ideologia, o que nos motiva à valorização da vitória na luta pela constitucionalização do Fundeb, consagrada pela votação favorável na Câmara Federal.

Face às atitudes afrontosas da autoridade máxima do país à democracia, à autonomia dos poderes, à preservação da vida e dos direitos dos brasileiros, manifestam os professores a expectativa de que as instituições, especialmente o Congresso Nacional, cumpram a sua função de analisar e decidir sobre os pedidos de abertura de processo de *impeachment* do presidente da República e de apuração de crime de responsabilidade, apresentados por um grande número de entidades, juristas e personalidades nacionais.

A Assembleia dos professores também manifesta sua estranheza e contrariedade às insistentes manifestações pela retomada das atividades letivas presenciais nas escolas e instituições de educação superior, por parte de autoridades públicas, lideranças políticas e empresariais e, especialmente, de dirigentes de entidades associativas do ensino privado, em pleno auge de pandemia de coronavírus em nosso estado.

Os professores consideram que esta iniciativa representa uma temeridade e põe em risco a saúde de todos os integrantes da comunidade educativa. Consideram os docentes que o retorno à normalidade letiva em hipótese alguma deve ocorrer na circunstância de crescimento no número de infectados e de óbitos, devendo ser definido em fase de descenso da pandemia e em condições de segurança para estudantes, funcionários e professores.

Professores do ensino privado gaúcho

Julho de 2020.